

Processos em curso: ressignificações da cultura material Kaingáng

Luana Máyra da Silva - UFSCⁱ

Por muito tempo o que predominou na historiografia brasileira sobre os indígenas, eram as informações através de relatos de viajantes que aqui estiveram durante os primeiros séculos de colonização. Os relatos produzidos a partir das impressões desses viajantes, algumas vezes são as únicas informações que possuímos de um determinado povo. Com os Kaingáng séculos depois, não foi diferente. Os relatos ganharam o caráter de obras etnográficas e se anteriormente eram na sua grande maioria os viajantes de ordens religiosas incumbidos dessas impressões, os séculos XIX e XX viram médicos, botânicos, engenheiros partirem de seus países em expedições de viagem ao Brasil.

Um dos elementos comumente relatados eram os hábitos de caça, pesca e guerra, bem como a descrição dos objetos que os indígenas faziam uso nessas atividades, além da confecção e matéria prima empregadas nesses processos. Pensando nisso a discussão de cultura material utilizada não será sob uma perspectiva arqueológica, e sim em conjunto com evidências produzidas por meio da história oral e documental, para que possam fazer-nos compreender a complexa dinâmica das sociedades indígenas. De acordo com Vieira: “[...] os artefatos, confeccionados [...] passaram a integrar o cotidiano indígena, funcionando como suporte documental impregnados de informações relativas à cultura desses povos” (VIEIRA, 2004, p.13).

Por isso, compreende-se que a produção desses objetos, denominados anteriormente de artefato, “pode funcionar como símbolos de identidade étnica, permitindo reforçar laços de pertencimento, buscando o estabelecimento da diferença e enfocando também a valorização de sua cultura” (SILVA, 2011, p.16). Nesse contexto, entendemos o artefato como objetos produzidos de forma manual para o uso e conforto doméstico, mas que ao mesmo tempo representa modos tradicionais da cultura material das populações indígenas. Contudo, o termo utilizado nesse artigo será o de artesanato, termo esse que surge como uma ressignificação, pois atualmente o desenvolvimento desses objetos vai além do uso doméstico, com o intuito também da comercialização.

Este estudo aborda os Kaingáng da Terra Indígena Xaçecó, localizada entre os municípios de Ipuaçú e Entre Rios, no oeste catarinense e pretende perceber as ressignificações desses artefatos na atualidade. As fontes etnográficas utilizadas nesse estudo serão três: ***Apontamentos Sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul*** (1836) de Pierre Mabilde; ***Os Kaingáng de São Paulo*** (1914) escrita por Henrich Manizer e ***Os Caingangues de Palmas*** (1941), de Loureiro Fernandes. Essas etnografias em conjunto com as entrevistas de História Oral realizadas com professores e artesãos da Terra Indígena, auxiliam no entendimento do processo de transformação e ressignificação desses objetos. Este artigo se propõe a refletir sobre esses temas.

Caminhos percorridos: os Kaingáng da Terra Indígena Xaçecóⁱⁱ

Atualmente os Kaingáng correspondem a maior população indígena do sul do país e um dos três maiores grupos do Brasil, com cerca de 60 mil pessoas (BRIGHENTI, 2012, p.47)ⁱⁱⁱ ocupando 55 comunidades nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo (Ibid., p.49). Em Santa Catarina essa população corresponde a cerca de 6.000 pessoas vivendo em cinco Terras Indígenas e uma Reserva (Id., p.62)^{iv}. O seu território de perambulação dentro do atual Estado Brasileiro, consistia nas regiões mais altas do planalto, ocupando distintos espaços, dentro dos estados anteriormente citados. Nessas áreas, a sua ocupação predominava nas partes mais altas do planalto, pois essas regiões eram abundantes em araucárias, que têm por semente o pinhão, o qual constituía, conforme Mabilde, o quase exclusivo alimento desse povo (MABILDE, 1983, p.125).

No oeste catarinense, onde se localiza atualmente a Terra Indígena Xaçecó, a trajetória Kaingáng pode ser traçada a partir da metade do século XIX, com a implementação efetiva da Colônia Militar de Chapecó (PIAZZA, 1994, p.216) em 1880, onde atualmente é a cidade de Xanxerê (SILVA, Op. cit., p.38). Coube a Colônia realizar a construção de uma linha telegráfica que fizesse sua ligação com o restante do país, sendo inaugurada em 1893 (D'ANGELIS, 1989, p.52). Para esse trabalho, foram contratados os serviços dos indígenas e a memória Kaingáng nos revela que, depois de realizado o trabalho, os indígenas, sob a liderança do cacique

Vanhkrê, solicitaram que o pagamento fosse feito em terras, as que se localizavam no entremeio do rio Chapecó com o Chapecozinho.

Porém, foi somente no ano de 1902 que a referenciada região, passa a ser oficialmente dos Kaingáng. Nesse ano foi assinado pelo então governador do estado do Paraná (RELATÓRIO, 18 de junho de 1902)^V Francisco Xavier da Silva, o decreto de número 7 de 18 de julho de 1902, que concedia aos Kaingáng a terra localizada entre os rios Chapecó e Chapecozinho, tornando o que hoje é a Terra Indígena Xaçecó. No decreto afirma-se:

Art. Único. Fica reservada para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendida nos limites seguintes: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecósinho, e por estes dous rios até onde elles fazem barra (RELATÓRIO, id.).

Esse decreto, apesar de oficial não colocou um fim nas disputas pelo território Kaingáng, ao longo de todo o século XX, pois conflitos dessa natureza, entre indígena e não indígenas foram ampliando-se constantemente.. Portanto, esse decreto não proporcionou um fim para o “problema indígena”, já que os beneficiários do mesmo era apenas uma parte do povo Kaingáng e ainda existiam diversas causas a serem resolvidas para os Kaingáng, assim como para outros povos indígenas no Brasil.

Nesse período, as pressões nacionais e internacionais causaram diversas contestações e revoltas, casionando uma série de discussões em busca da formulação de uma nova política indigenista. Para esse fim, o órgão de maior expressão criado pelo Governo Federal, foi o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN. Ele foi resultado de um projeto criado a partir das redes sociais que ligavam os integrantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), do Apostolado Positivista e do Museu Nacional inaugurado em 7 de setembro de 1910 (OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha, 2006, p. 112), o SPI previa: “[...] uma organização que, partindo de núcleos de atração de índios hostis e arredios, passava a povoações destinadas a índios já em caminho de hábitos mais sedentários e, daí, a centros agrícolas onde, já afeitos ao trabalho nos moldes rurais “(RIBEIRO, 1996, p.158). Contudo, percebendo-se então a especificidade do “problema” indígena, em 1918, o SPILTN separou-se da Localização dos

Trabalhadores Nacionais/LTN passando a chamar-se somente Serviço de Proteção aos Índios – SPI (Ibid., p.508).

Mesmo tendo sua fundação em 1910, o SPI passa a atuar no oeste catarinense somente na década de 1940, com a instalação de um efetivo Posto Indígena em 1941, o Posto Indígena Chapecó. Após esse período, em meados da década de 50 e 60, o SPI foi acusado de uma série de crimes, como o roubo de madeira, desvios de verbas, castigos e abusos contra indígenas, ocorrendo também a legitimação de expropriações de terras já demarcadas. Desmoralizado, esse órgão foi substituído pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em 1967 com a Lei 5.371 (FUNAI, 2012). Ainda que fosse um novo órgão, o que acabou predominando nesse início de funcionamento da FUNAI foi o modelo de desenvolvimento econômico que colocava os interesses dos indígenas em segundo plano.

As administrações desses órgãos auxiliaram também nas tramitações sobre os limites territoriais da T.I Xaçecó. A demarcação administrativa pela FUNAI aconteceu quase noventa anos após o decreto de 1902, quando a terra foi homologada pelo Presidente da República em Decreto n.º 297 de 29 de outubro de 1991, publicado no Diário Oficial da União em 30/10/1991 que definia a Terra Indígena em 15.623,9681 (BRASIL, 2013). Contudo, esses quase dezesseis mil hectares não mais abrangiam o território anteriormente previsto, havendo um decréscimo significativo dessas terras. Atualmente a T.I Xaçecó está localizada entre os municípios de Ipuçu e Entre Rios, contando com 15 aldeias habitadas por indígenas Kaingáng, na sua grande maioria e também por uma parcela de indígenas Guarani.

Relatos do “Outro”

Para compor esse artigo, no intuito de perceber essas mudanças dos elementos materiais ligados às atividades de caça, pesca e guerra, será utilizado o “olhar do Outro” através das três etnografias anteriormente mencionadas. ***Apontamentos Sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul*** (1836) de Pierre Mabilde; ***Os Kaingáng de São Paulo*** (1914) escrita por Henrich Manizer e ***Os Caingangues de Palmas*** (1941), de Loureiro Fernandes. A opção por essas três obras deve-se pela diferença

espacial (procurou-se contemplar os relatos de diferentes espaços de ocupação dos Kaingáng naquele período, a fim de perceber peculiaridades regionais) e temporal a qual foram escritas (entendendo então as transformações nesse espaço de 100 anos), mesmo que as obras de Manizer e Fernandes não possuam uma diferença temporal muito grande.

O contato com a sociedade envolvente e também com outras populações indígenas ocasionaram alterações no modo de viver Kaingáng, haja vista que a cultura é compreendida como um processo dinâmico, portanto, ela está em constante modificação. Alguns dos aspectos que passaram por esse processo de transformação, são os já mencionados hábitos relacionados à caça, pesca e guerra. Hábitos que em tempos passados nos foram relatados em etnografias. Para que a realização dessas atividades fosse possível, algumas armas e armadilhas eram confeccionadas. Com isso, para uma melhor compreensão dessas mudanças, as armas serão divididas em: arco e flecha, lança, varapau e o pãrivi.

Arco e flecha – Inúmeros são os relatos quanto à fabricação de armas, assim também como do uso e material empregado no feitio. Eram objetos multifacetados, sendo utilizados tanto para guerrear como para caçar e pescar. Para o primeiro a sua utilização era nos ataques que aconteciam em lugares descampados ou em emboscadas nas estradas (MOTA, 1994, p.103). No meio da mata é difícil sua utilização, haja vista que, em combate no meio aos pinheirais, a probabilidade de acertar as árvores ao invés do inimigo era bem maior. Os arcos de antigamente teriam em média dois metros de comprimento, feitos de mudas de Ipê Preto (MABILDE, Op. cit., p.138-139) e do cerne da guajuvira, considerada uma madeira forte (PACÍFICO, 2013). Como finalização da fabricação dos arcos, podemos perceber dois modelos relatados, por Mabilde, onde o último passo na finalização do arco consistia em:

[...] aquecer a madeira em fogo muito brando e untá-lo com gordura de jecutinga, que esfregam sobre esse arco durante algum tempo, com um pedaço de pele de macaco, até desaparecer a gordura, tomando a madeira do arco uma cor mais escura e lustrosa (Ibid. p.138).

Para Fernandes, essa finalização versava no revestimento da madeira: [...] completa ou parcialmente, pela cutícula do cipó imbé de coloração castanho-escura e de aspecto brilhante. Com [...] pequeninas penas de pássaros de cor amarela, verde ou vermelha [...]. (FERNANDES, Op. cit., p.182). Em conjunto com uma boa

corda e dependendo da distância, o arco poderia atirar uma flecha capaz de perfurar alguém mortalmente e até varar seu corpo (MOTA, *Ibid.*, p.99).

Quanto às flechas, elas eram menores que o arco e mediam cerca de um metro e meio, confeccionadas com materiais como: taquaras e laranjeiras do mato. O processo de fabricação exigia um trabalho de 15 dias e por essa dificuldade, Mabilde relata que eles só utilizavam duas flechas nas guerras (MABILDE, *Op. cit.*, p.141-142). As pontas possuíam dois modelos: 1 - osso (obtidas pela fragmentação de tibia de pequenos mamíferos, geralmente de macacos); 2 – ferro, atadas por tiras de imbé (*Id.*, p.142-144). Contudo, Manizer identifica ainda mais dois modelos de pontas: 3 – madeira; 4 – madeira em forma de um botão de punho com bico (MANIZER, *Op. cit.*, p.31).

Lança – Nessas etnografias, foi o objeto que menos informações podemos obter. Entre essas informações contam que eram confeccionadas com uma haste de madeira da guajuvira terminada em ponta aguçada. Era fixa numa extremidade da madeira, uma lasca de osso ou ferro que era fortemente presa por um cipó.

Varapau - se as flechas eram impróprias para combates no mato, outra arma era a predileta dos Kaingáng para esse propósito: o varapau. Geralmente ele era confeccionado com pau de laranjeira do mato e a sua grossura variava conforme a força da pessoa a qual dele faria uso. Mantinha-se o aspecto natural da madeira tal qual fora encontrado no mato, não sendo feita nenhuma arte, apenas descascando-o (MABILDE, *Op.cit.*, p.155). Contudo, além de serem as armas prediletas para guerrear, o varapau era utilizado para exercícios com esse mesmo intuito, o qual eles denominam *candjire*^{vii} onde jogavam os bastões um contra os outros. Terminado o exercício/jogo, aqueles que participaram da atividade eram felicitados e proclamados “turumanim”, o que quer dizer: bravos e fortes (MABILDE, *Op. cit.*, p.185). A modalidade também era realizada a noite, com o nome de *pindjire*, pois o lançamento dos bastões era feitos em chamas, provocando contusões e queimaduras (*Ibid.*, p.185). Dessa maneira eles estariam constantemente treinados para guerra.

Pãri – Para a atividade da pesca, muitas vezes era empregado a utilização de flechas com pontas de madeira (MOTA, *Op. cit.*, p.158). Todavia, também era utilizado o pãri. Uma armadilha para a captura de peixes, “construída de taquara, taquaruçu, criciúma ou varas finas instaladas no afunilamento de pequenas represas de pedras em água rasa e corrente, construídas especialmente para essa

finalidade”, (BRIGHENTI, Op. cit., p.58) onde os peixes são conduzidos ao afunilamento, entram na armadilha e não conseguem mais sair. De acordo com Cezário Pacífico, quem confeccionava e colocava o pãri no rio, eram os homens, entretanto, o serviço de ir posteriormente recolher os peixes da armadilha, poderia ser feito também pelas mulheres (PACÍFICO, Op. Cit.).

Contudo, com o passar do tempo as transformações ocorridas no modo de viver dos povos indígenas, o contato mais sistemático com a sociedade envolvente e outras populações indígenas, ocasionaram diversas mudanças na dinâmica cultural desse povo. Mudanças essas que também foram inseridas na cultura material, perpassando desde a matéria prima utilizada na confecção até a finalidade dada aos objetos nos dias de hoje, assim também como a comercialização, a incorporação de novos elementos, entre outros. São esses aspectos que serão abordados, a seguir.

“Hoje já não é mais que nem era antigamente, já não existe mais que nem tinha antes” (CAMPOS, 2012)

Grupos em que a cultura e todos os processos educativos eram mantidos pela tradição oral, passados de geração em geração, possuidores de formas distintas de armazenamento, transmissão e produção do saber, exigem procedimentos particulares de aprendizagem (SILVA, Op. cit., p.04). Esse aprendizado era através da observação das atividades da vida cotidiana e das experiências vividas e compartilhadas entre os membros da comunidade e, a cultura material estava inserida nessa concepção de ensino-aprendizagem. O que antes era aprendido no ambiente familiar, ficando na memória e passados de geração em geração (SILVA, Op. cit., p.27), nos dias atuais está presente na escola, como é o caso dos artesanatos, na Terra Indígena Xapecó.

Essas mudanças ocorridas podem ser percebidas no relato da artesã Maria Librantina Campos, moradora da Terra Indígena Xapecó: “[...] hoje já não é mais que nem era antigamente, já não existe mais que nem tinha antes!” (CAMPOS, Op. cit.) Se referindo ao tempo em que seu pai ia buscar frutas no mato, caçar quati, tatu, jacu e outros animais. Tempo esse que sobrevive na memória. Memória essa que é acessada na confecção de objetos, haja vista, que é algo aprendido

coletivamente através da observação (MANFROI; NOTZOLD; SALVARO, 2006, p. 32). As técnicas utilizadas para trançar, que sementes usar, com o que colorir e qual matéria prima utilizar, são processos que ficam na memória e passados de geração em geração, trabalho atribuído aos “velhos” da comunidade e mais recentemente a escola, como já mencionado. Todavia, essas transformações devem ser compreendidas dentro do dinamismo da cultura, como já abordado anteriormente, pois ela está em constante modificação mesmo não estando em contato constante com outras culturas.

Como por exemplo, as conexões com a sociedade envolvente e com outros povos indígenas fazem com que o grupo incorpore elementos e práticas culturais, características do meio em que está inserido e que com o passar do tempo, assumam-os como seus (Id., p.23). No caso das armas de fogo, não somente elas, mas também os facões e os machados vieram para substituir o arco e a flecha, as lanças, o varapau e as pedras utilizadas para fazer cortes. Esses armamentos possibilitariam outra dinâmica de combate, pois os Kaingáng não precisariam mais esperar o lugar apropriado onde pudesse ser utilizado o arco e a flecha, assim como o varapau. Esse último, assim como a lança não são mais confeccionados na Terra Indígena Xapecó pela perda da função e utilidade a qual era destinado. Quanto ao varapau, as únicas referências que possuímos dele, são as etnografias, haja vista, que nenhum dos colaboradores entrevistados soube relatar sobre sua existência.

O arco e flecha, mesmo com a perda da utilidade original, continuam a ser confeccionados. Entretanto, a sua confecção atualmente não é mais utilitária e sim comercial, com isso, modificações foram introduzidas: o tamanho diminuiu, a matéria prima empregada passou a não fazer tanta diferença, como relata a artesã Dona Rosalina Silva, o arco: “Pode ser de madeira ou de taquara, de madeira é melhor, porque ela dura tempo. Pode ser qualquer madeira, mas tem que ser mais fina pra poder dobrar. [...]. Qualquer uma! Tanto que ela não quebre “(SILVA, 2013).

Na atualidade, pode ser utilizado no seu fabrico, o rabo do bugio e a imbirá (Ibid.). Se anteriormente as marcas feitas nas flechas eram um modo de identificar os territórios de cada chefe Kaingáng, hoje, as marcas realizadas são apenas ornamentos, dessa forma o professor Luiz Fernando Lima nos explica como é feita essa ornamentação:

Pra enfeitar é usado o cipó, a casca do cipó guambé e a taquarinha destalada. Ai você faz a decoração. Tem uns que eu não faço a decoração, ai eu faço na própria madeira. Eu vou cortando e fazendo os

desenhinhos na própria madeira, depois é só dá uma lixadinha e o verniz.
(LIMA, op. cit.).

Quanto aos hábitos de pesca, essa prática na atualidade não faz parte mais da realidade da comunidade do Xaçecó, nem o uso do arco e flecha e nem o pãri, pois é considerada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, como uma atividade predatória ao meio ambiente (BRIGHENTI, Op. cit., p.58). Cezário Pacífico coloca ainda que hoje, os indígenas preferem comprar o peixe, pois muitos possuem medo do rio e de animais peçonhentos (PACÍFICO, Op. cit.). Contudo, as experiências do contato implicaram no abandono de algumas práticas, como o emprego da flecha e do pãri, muitas vezes com a incorporação do anzol, complementados pela rede e tarrafa.

A resignificação desses objetos é o método utilizado para fazer com que pessoas possam atribuir novos significados a acontecimentos através da mudança de sua visão de mundo. Esse mecanismo é constante na cultura material, pois é um elemento chave para o processo criativo e através dela podemos também aprender a pensar de outro modo sobre as coisas, ver novos pontos de vista ou levar outros fatores em consideração. Resignificar os objetos torna-se essencial para a legitimação dos sentidos do passado a serem construídos e aceitos socialmente. A proposta da resignificação é perceber e se permitir visualizar outros pontos (SILVA, Op.cit., p.23).

Considerações Finais

Para compreender essas transformações, três questões devem ser levadas em consideração: a primeira é referente à **escassez de matéria-prima**: o desmatamento da cobertura vegetal da T.I extinguiu muitas espécies ou causou o distanciamento de lugares onde possam ser encontradas. Muitas vezes o artesão ou artesã precisa se deslocar quilômetros para conseguir a matéria prima e ainda precisa pagar para que alguém leve esse material coletado até sua casa. Na atualidade os materiais encontrados com maior dificuldade são o cipó guambé, o taquaruçu e a madeira “leiteiro” (SILVA, Op. cit., p.70).

A necessidade da utilização de madeira demanda outra questão: o tempo. Nas palavras do Professor Luiz Fernando Lima “Se a gente precisa de madeira, aí já

é mais complicado. Daí tem que ter mais tempo, na verdade” (LIMA, Op. cit.), pois o trabalho na madeira deve ser feito ainda verde. Então quando se trabalha com a madeira, necessita-se de um tempo dedicado somente a ela. A escassez ocasionou também na perda da qualidade devido à substituição dos materiais naturais que são dificilmente encontrados, pelos artificiais. Materiais como o plástico, corda, a miçanga, o papel carbono e a anilina para a coloração.

A segunda questão é referente à **perda de finalidade**: muitos dos artesanatos confeccionados em tempos pretéritos não existem mais, armas como as lanças e o varapau hoje são desconhecidas, em vista da sua substituição gradativa pelas armas de fogo. Assim também como foram substituídas as pedras que serviam para corte, por facas, facões e machados. O arco e a flecha também acabaram perdendo sua utilidade de caçar, pescar ou guerrear sendo confeccionados para decoração e a comercialização.

A terceira questão é o **comércio dos artesanatos**: essa comercialização possui prós e contras. Fernandes, em 1941, já salientava que “os arcos confeccionados atualmente, tendo na mira a comercialização, não tem grande interesse etnográfico; são arcos menores e muito mal trabalhados e sem escolha conveniente do material” (FERNANDES, Op. cit., p.182). A venda pode afetar o sistema de significação dos objetos e das relações que expressam, assim como transforma também objetos que antes eram únicos em fabricação em série em grandes quantidades, feito para venda barata, podendo ocasionar perda de qualidade (VIDAL; SILVA, 1995, p. 397). O mercado turístico também influencia nessa confecção, quando se inclui cores variadas para agradar aos olhos do consumidor assim como objetos que não fazem parte da cultura indígena. Porém, o mesmo mercado turístico que pode prejudicar pode proporcionar a revitalização do artesanato indígena tradicional (NEWTON, 1987, p.16-19).

Essas mudanças ocorridas na cultura material não significam necessariamente o fim de suas particularidades e muito menos que deixou de ser indígena, já que nesse processo estão em curso a todo tempo mecanismos de recriação e resignificação (VIDAL; SILVA, Op. cit., p. 389). Mesmo que muitas vezes seja utilizado somente como uma peça de decoração, ainda carrega consigo o conhecimento das técnicas de produção utilizadas pelos antepassados. Devo salientar ainda que, apesar dessas modificações, essa comunidade indígena, como

muitas outras, luta pelo reconhecimento, respeito e valorização e no que se refere aos artesanatos, esse processo de revitalização é gradativo.

Fontes:

CAMPOS, Maria Librantina. **Entrevista concedida a Luana Máyra da Silva** em 08 de agosto de 2012. TI Xapecó/SC. Acervo da autora.

FERNANDES, Loureiro. **Os Caingangues de Palmas**. Paraná, junho, 1941. Arquivos do Museu Paranaense. Vol. 1, Curitiba.

KELLER, Franz. **Noções sobre os indígenas da Província do Paraná**. Boletim do Museu do Índio, Antropologia, Rio de Janeiro, n. 1, p. 09-44, 1974.

LIMA, Luiz Fernando. **Entrevista concedida a Luana Máyra da Silva** em 25 de Junho de 2013. Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, TI Xapecó/SC. Acervo da autora.

MABILDE, Pierre. **Apontamentos sobre os Índios Selvagens das Nações Coroados do Mato da Província Do Rio Grande do Sul 1836-1866**. São Paulo: IBRASA; INL Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MANIZER, Henrich Henrikhovitch. **Os Kaingáng de São Paulo**. São Paulo: Curt Nimundajú, 2006.

PACÍFICO, Cesário. **Entrevista concedida a Luana Máyra da Silva** em 24 de Junho de 2013. TI Xapecó/SC. Acervo da autora.

Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná pelo Bacharel Artur Pedreira de Cerqueira, secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização em 31 de Dezembro de 1902, Curitiba. **Decreto nº 7, de 31 de Dezembro de 1902**.

SILVA, Rosalina Rodrigues. **Entrevista concedida a Luana Máyra da Silva** em 25 de Junho de 2013. TI Xapecó/SC. Acervo da autora.

Referências Bibliográficas

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

_____. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs.). **Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense**. Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM. Ano 4, N.º 6, Novembro/1989, Chapecó/SC.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, João Pacheco de. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARCON, Telmo; MACIEL, Elisabeth Nunes. O Serviço de Proteção ao Índio. In: MARCON, Telmo (coord.) **História e Cultura Kaingáng no Sul do Brasil**. Fascículo número 3. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1994.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná: 1769-1924. Maringá: EDUEM, 1994.

NEWTON, Dolores. Cultura Material e História Cultural In: RIBEIRO, BERTA (coord.). **Suma Etnológica brasileira**: volume 2 – Tecnologia indígena. Petrópolis: Vozes, FINEP, 1987.

NÖTZOLD, A. L. V.; SALVARO, T. D.; SILVA, N. M. Artesanato Kaingáng: entre usos e desusos da cultura material. In: PAIM, Elisom Antônio. **Cadernos do CEOM**. Nº 24 – Cultura Material. Chapecó: Argos, 2006. p.31-50.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Luana Máyra. **TRANÇADOS E PINTURAS: O ARTESANATO KAINGÁNG NA ESCOLA INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CACIQUE VANHKRÊ/ TERRA INDÍGENA XAPECÓ – SC (1988-2011)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

VIDAL, Lux Boelitz; SILVA, Aracy Lopes da. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: **A temática indígena na sala de aula: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC: MARI: UNESCO. 1995.

VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

Referências Eletrônicas:

Decreto nº 297, de 29 de Outubro de 1991. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-297-29-outubro-1991-343009-publicacaooriginal-1-pe.html>

Fundação Nacional do Índios/FUNAI – <http://www.funai.gov.br/>

ⁱ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Observatório da Educação-OBEDUC/LABHIN/CAPEB.

ⁱⁱ Terra Indígena Xaçecó é o atual nome da área indígena localizada entre os rios Chapecó e Chapecozinho. Em 1941 com a inserção do SPI na Terra Indígena Xaçecó, o Posto Indígena foi inicialmente denominado de Chapecó, em 1960 ele passa a se chamar, Posto Indígena Selistre de Campos. Já sob a jurisdição da FUNAI em 1967, teve novamente seu nome alterado para Posto Indígena Xaçecó, agora com a mesma grafia da Terra Indígena.

ⁱⁱⁱ O autor chegou a esse número, intercalando os dados populacionais da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

^{iv} Essa reserva corresponde a Reserva Kondá, localizada em Chapecó. Esse local não corresponde a um território tradicional Kaingáng, contudo, foi adquirida pelo Governo Federal para a moradia da comunidade Kaingáng que vivia no centro e bairros da cidade de Chapecó.

^v O decreto é assinado pelo presidente do estado do Paraná, pois no período de 1890 a 1916, a região onde que o decreto contemplava pertencia a esta jurisdição do Paraná, integrando o estado de Santa Catarina somente após esse período, quando os limites desses dois estados foram definidos.

^{vi} Estou ciente de que outros objetos compunham essas atividades de caça e pesca e guerra, como por exemplo, a zarabatana, a arapuca, o laço, mondel. Todavia, irei me ater somente aos objetos identificados nessas três obras, por isso outros objetos não serão abordados.

^{vii} Essas atividades foram primeiramente relatadas por Telêmaco Borba no Actualidade Indígena, em 1908.